# CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

**SUMÁRIO**

[Capítulo 5 – CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 1](#_heading=h.kh4h3yl10o6h)

[5.1 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC 3](#_heading=h.ruxznr7bdzov)

[5.1.1 Estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC 5](#_heading=h.h2kim1mxsyl4)

[5.1.2 Orçamento do IFSC 5](#_heading=h.zi06xj5y0g8c)

[5.1.3 Matriz Conif 7](#_heading=h.jbt4rvec9ill)

[5.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC 10](#_heading=h.ma2payzi8s4s)

**Comissão Temática de Capacidade e Sustentabilidade Financeira**

DEBORAH REJANE MAGNO RIBAS - Diretora de Administração - Presidente

PAULA DE SOUZA MICHELON - Chefe do Departamento de Orçamento e Finanças

SILVIO APARECIDO DA SILVA - Coordenador de Planejamento e Avaliação Institucional

EUCLÉSIO SILVÉRIO - Chefe de Departamento de Administração do Câmpus Joinville

A sustentabilidade é “consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se essas características forem aplicadas às sociedades humanas, essas também poderão alcançar a sustentabilidade”. (CAPRA, 2006 apud ROSA, 2007[[1]](#footnote-1), p. 47).

“Em termos econômicos, a sustentabilidade prevê que as organizações têm que ser economicamente viáveis, face ao seu papel na sociedade e que deve ser cumprido levando em consideração o aspecto da rentabilidade, dando retorno ao investimento realizado [...]”. (DINIZ DA SILVA, 2010 apud BACHA; SANTOS; SCHAUN, 2010[[2]](#footnote-2), p. 8).

Em resumo, ser sustentável é não gastar ou não planejar gastar mais do que se tem ou que se preveja ter, ou seja, não gerar prejuízo, atuar dentro do planejado, proporcionando o máximo retorno possível em relação ao crédito utilizado.

Para ser sustentável o IFSC precisa atender, com a máxima qualidade, eficiência e responsabilidade social, às necessidades dos alunos e da sociedade, para que suas despesas programadas não sejam maiores do que a previsão de receitas e estejam dentro do planejado. Sendo assim, o IFSC gerencia os seus recursos financeiros com efetividade, a fim de maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas, por meio do planejamento, da captação, da aplicação e da execução dos recursos financeiros.

## SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC

Considerando a complexidade de gestão de uma instituição multicâmpus e o nível de autonomia administrativa de cada câmpus, para bem atender às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo é necessário estabelecer diretrizes orçamentárias e estruturas de governança eficientes, além de efetivar a atuação em rede para a otimização dos processos e resultados.

Desse modo, os câmpus do IFSC atuam em rede visando à integração, à inovação e à efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia. Os Câmpus são separados para controle em centros de custos, assim, cada câmpus é um centro de custo. A Reitoria, por sua vez, divide-se em nove (09) centros de custos, devido à peculiaridade de atendimentos sistêmicos específicos e ao local da gestão da própria Reitoria. Há, ainda, o IFSC Rede que se consolida como um centro de custos oriundo da contribuição de todos os outros centros de custos citados com o objetivo de atender despesas e investimentos considerados sistêmicos. Apesar de se ter consciência de que muito ainda precisa ser feito e aprimorado, a atuação em rede das unidades que compõem o IFSC tem trazido bons resultados e busca tornar ainda mais eficiente a gestão de seus processos para se alcançar com êxito a missão institucional.

A Lei de Criação dos Institutos Federais prevê a identificação orçamentária por câmpus, que, no momento, é viabilizada pela Matriz Conif (ver seção 5.1.3). É preciso destacar que essa metodologia de divisão é um desenvolvimento da própria Rede Federal de EPCT e que visa o financiamento público dos Institutos Federais (IFs) para atendimento de suas missões junto à sociedade.

Para além da divisão orçamentária definida pela Matriz Conif, é preciso considerar que os recursos destinados ao IFSC por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) não são de cada câmpus ou da Reitoria, são públicos. Assim, as decisões quanto à alocação e à execução desses recursos não podem levar em consideração interesses individuais, políticos e segmentados. É necessária uma atuação técnica e sistêmica para definição das prioridades e necessidades institucionais e das comunidades onde o IFSC está inserido, compreendendo-se que cada câmpus possui especificidades quanto a diversas condições, como número de alunos e de servidores, estrutura física, tempo de funcionamento, qualificação dos servidores e gestores, cursos ofertados, localização, entre outros. Sempre serão necessárias medidas compensatórias na divisão interna de orçamento entre os câmpus.   
 É primordial, ainda, entender que autonomia administrativa difere de independência e de soberania. A autonomia administrativa é garantida somente quando há justiça e equidade no tratamento das questões entre os envolvidos, com o estabelecimento de critérios técnicos e objetivos, visão sistêmica, estabelecimento de diretrizes e regulamentação de processos. Dessa maneira, objetiva-se alcançar transparência e unidade entre os câmpus e a Reitoria para que o IFSC cumpra sua missão.

Por meio da adoção do modelo de gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades administrativas, o IFSC busca garantir mais eficiência no gasto público, atuação mais transparente, justa e com mais responsabilidade social.

### Estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC

A gestão orçamentária do IFSC ocorre de forma parcialmente descentralizada: a Reitoria é, atualmente, a única Unidade Gestora Executora (UG-E), enquanto os câmpus são Unidades Gestoras Responsáveis (UG-R).

Cada câmpus planeja e gerencia seu orçamento próprio, porém a execução final é realizada pela Reitoria. Alguns procedimentos, porém, já foram descentralizados para agilizar o processo e capacitar os gestores e servidores dos câmpus para a descentralização orçamentária, tais como a emissão de notas de empenho e a liquidação de notas fiscais.

A divisão orçamentária interna do IFSC é referendada por decisão colegiada (Codir) e combina critérios internos e da Matriz Conif. A referida divisão visa estabelecer um processo justo e dar condições de atendimento na execução dos planejamentos dos centros de custos (câmpus, Reitoria e IFSC Rede).

### Orçamento do IFSC

Os recursos orçamentários do IFSC advêm do Orçamento Geral da União por meio da LOA, o que permite visualizar os limites da gestão em cada Exercício Financeiro. Os recursos previstos na LOA têm sua execução planejada e dividida em: despesas de pessoal (folha de pagamento), de custeio (funcionamento, manutenção, reformas, serviços, materiais de consumo) e de investimento (obras e aquisição de equipamentos, mobiliários, livros e imóveis).

**Tabela 5.1**. Limites orçamentários do IFSC em 2024.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Subdivisão | Discriminação | Limites |
| **FUNCIONAMENTO E CAPACITAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA** | Capacitação | R$ 389.653 |
| Custeio | R$ 58.049.541 |
| Investimento | R$ 2.417.693 |
| Fomento às Ações Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação | R$ 1.157.240 |
| **Subtotal** | **R$ 62.014.127** |
| **MAIS LIMITES ORÇAMENTÁRIOS** | Despesas Correntes - recursos próprios (fonte 105) | R$ 5.342 |
| Anuidade do Conif | R$ 94.089 |
| Assistência Estudantil | R$ 17.512.350 |
| Reestruturação e Modernização dos Institutos Federais | R$ 517.485 |
| Publicidade de Utilidade Pública no estado | R$ 250.000 |
| **Subtotal** | **R$ 18.379.266** |
| **PESSOAL E ENCARGOS** | Inativos e Pensionistas | R$ 92.605.812 |
| Pessoal Ativo | R$ 484.426.994 |
| PASEP | R$ 84.622.003 |
| **Subtotal** | **R$ 661.654.809** |
| **OUTROS VALORES DA FOLHA DE PESSOAL** | Assistência e Auxílios | R$ 5.148.303 |
| **Subtotal** | **R$ 5.148.303** |
| **TOTAL** | | **R$ 747.196.505** |

Fonte: Lei Orçamentária Anual, 2024.

O orçamento inicial do IFSC para 2024, com recursos do Tesouro, atingiu cerca de 747 milhões de reais, compreendendo as despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção e investimentos (Tabela 5.1.).

O orçamento destinado ao cumprimento das despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais e benefícios aos servidores vem sendo administrado de forma direta pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC), cabendo à gestão do IFSC informar eventuais reestimativas dentro do exercício.

Além desses recursos, o IFSC conta, também, com: recursos diretamente arrecadados (recursos próprios); orçamento próprio para projetos/programas específicos, tais como Mediotec e UAB; recursos das descentralizações de créditos de outros entes; eventuais emendas parlamentares; e convênios públicos e privados. A instituição firma convênios e termos de cooperação com a Setec, a Capes, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e outros órgãos públicos de fomento. Esses convênios e termos de cooperação permitem ampliar o nível de investimentos e desenvolver outros projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Os recursos oriundos das descentralizações de créditos são, em sua grande maioria, firmados por meio de Termos de Cooperação com a Setec, que subsidia as ações de expansão e melhoria da educação profissional e tecnológica e exige acompanhamento e prestação de contas.

Os recursos diretamente arrecadados, as descentralizações de créditos e as emendas parlamentares são distribuídos com base em alguns critérios gerais e específicos:

a) Critérios Gerais:

* Devem estar de acordo com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)
* Vinculados ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (PDI)
* Vinculados ao atingimento dos Objetivos Estratégicos do IFSC
* Amparados no Plano Anual de Trabalho de cada centro de custos do IFSC

b) Critérios Específicos:

* Amparados pelos critérios estabelecidos no PDTI do IFSC
* Amparados pelos critérios estabelecidos no planejamento de engenharia do IFSC
* Lançados no Plano de Contratação Anual do IFSC
* Amparados e de acordo com os conjuntos normativos interno e externo inerentes às despesas e aos investimentos efetuados no IFSC.

### Matriz Conif

A parcela do orçamento da União referente às despesas de investimento e custeio, aquelas não relativas a pessoal e investimento, previstas na LOA para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - é dividida entre os Institutos Federais pela SPO/MEC, com base em uma matriz parametrizada, denominada Matriz Conif.

Essa matriz é um modelo matemático e indutor de políticas para a EPT, elaborada por meio de discussões conjuntas entre a Setec e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (Forplan).

A metodologia que vem sendo utilizada para distribuição dos recursos destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi modificada em 2024, para efeito de composição e cálculos, melhorando suas estruturas e alguns parâmetros, sendo que a principal alteração foi a incorporação de indicadores de qualidade e eficiência. Destacam-se as modificações: Índice de Eficiência Acadêmica (IEA); Relação Aluno/Professor Presencial (RAPP) e Índice de Atendimento aos Marcos Legais (IAML). A estrutura de distribuição dos créditos na Matriz se divide em: 80% para os câmpus, utilizando distribuição por matrícula, incluindo a assistência estudantil; e 20% para a Reitoria, sendo 10% também utilizando distribuição por matrícula e 10% utilizando-se os índices de qualidade e eficiência institucional.

As informações são oriundas do Sistec e apresentadas na Plataforma Nilo Peçanha (PNP). A metodologia prevê: a importação dos dados na PNP; a conferência da extração da PNP; a parametrização por câmpus; a checagem das matrículas totais pelas instituições para validação dos dados; e, por fim, a geração da Matriz.

O tratamento das matrículas para composição da Matriz considera as seguintes questões: equalização pela carga horária e dias ativos e a ponderação pelos pesos dos cursos, considerada a bonificação quando o curso for ligado à agropecuária. Já, a equalização da matrícula envolve: tipo de curso; tipo de oferta; início e fim do ciclo; carga horária; duração do ciclo e dias ativos no ciclo. Para cursos a distância, há um orçamento extra, com peso diferenciado. Para o cálculo da assistência estudantil, por sua vez, há influência do IDH, além de serem considerados o internato e o cálculo de matrícula equalizada.

Após esses ajustes e discussões entre o Conif e a Setec, a instituição tem seu orçamento previsto (PLOA) e posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, na Lei Orçamentária Anual (LOA).

É muito importante que a Instituição prime na divisão interna dos recursos pela similaridade com a referida metodologia utilizada na Matriz, pois ela é propulsora de políticas públicas em relação a EPT. Os cuidados com a gestão de riscos e com a governança em relação à execução do orçamento do IFSC é primordial para que sejam atingidos os objetivos da instituição. A participação, transparência e organização de todos os atores envolvidos na execução orçamentária fundamentam este processo.

Os créditos aprovados e distribuídos na Matriz Conif, após negociação com o Governo Federal, geram as informações para a LOA, com créditos orçamentários vinculados às ações determinadas na funcional programática.

Além disso, a seção da LOA destinada a cada Instituto Federal relaciona, também, créditos orçamentários referentes à folha de pagamento dos servidores e outras ações específicas, para as quais não é possível estabelecer uma estimativa. A Tabela 5.2 apresenta a série histórica dos créditos orçamentários destinados ao IFSC evidenciados na LOA de cada ano, conforme os agrupamentos de tipos de finalidades de ações orçamentárias, a fim de permitir a verificação de tendências para os cinco anos de vigência do PDI.

**Tabela 5.2.** Série histórica dos créditos orçamentários destinados ao IFSC, por grupos de ações orçamentárias.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Grupo de ações orçamentárias** | **2014 (R$)** | **2015 (R$)** | **2016 (R$)** | **2017 (R$)** | **2018 (R$)** | **2019 (R$)** | **2020 (R$)** | **2021 (R$)** | **2022 (R$)** | **2023 (R$)** | **2024 (R$)** |
| Expansão e reestruturação da Rede Federal de EPT | 25.100.000 | 32.500.000 | 6.408.537 | 2.926.829 | 11.769.535 | 2.000.923 | 5.235.105 | 1.601.866 | 656.166 | 600.000 | 517.485 |
| Funcionamento da Educação Profissional | 70.562.346 | 73.654.046 | 65.070.237 | 60.171.181 | 59.467.599 | 65.653.074 | 39.135.516 | 19.119.365 | 59.840.282 | 51.009.576 | 60.472.576 |
| Projetos e programas específicos | 1.030.912 | 937.518 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.137.963 | 1.157.240 |
| Assistência estudantil | 8.067.806 | 8.821.596 | 9.031.973 | 12.193.082 | 14.078.287 | 14.078.353 | 8.337.989 | 6.098.804 | 16.689.484 | 16.468.117 | 17.512.350 |
| Capacitação de servidores | 1.691.900 | 1.493.476 | 1.307.837 | 702.911 | 905.475 | 697.259 | 399.198 | 195.521 | 448.757 | 348.493 | 389.653 |
| Folha de pagamento | 221.731.600 | 274.761.605 | 374.806.156 | 427.575.649 | 452.740.535 | 502.987.789 | 605.756.072 | 311.743.236 | 627.186.408 | 600.371.940 | 666.803.112 |
| Contribuição ao Conif | 103.753 | 110.649 | 51.979 | 43.211 | 86.175 | 87.065 | 49.846 | 27.341 | 90.016 | 92.017 | 94.089 |
| Publicidade de Utilidade Pública | 0 | 0 | 0 | 200.000 | 200.000 | 250.000 | 143.132 | 97.760 | 250.000 | 250.000 | 250.000 |
| Total de créditos orçamentários | 328.184.564 | 392.278.890 | 456.676.719 | 503.812.863 | 539.247.606 | 585.754.463 | 659.056.858 | 338.883.893 | 705.161.113 | 670.278.106 | 747.196.505 |
| Total de créditos orçamentários  menos folha de pagamento | 106.452.964 | 117.517.285 | 81.870.563 | 76.237.214 | 86.507.071 | 82.766.674 | 53.300.786 | 27.140.657 | 77.974.705 | 69.906.166 | 80.393.393 |

Fonte: Lei Orçamentária Anual.

## ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC

A necessidade de melhorar a aplicação dos recursos levou o IFSC, desde 2012, a utilizar a metodologia de Unidades Gestoras Responsáveis (UGRs) para identificar o gasto das despesas em cada um dos câmpus, pró-reitorias e gabinete. Atualmente, para a divisão orçamentária são consideradas as matrículas ponderadas, conforme Matriz Conif, utilizando-se de critérios qualitativos para atender principalmente os câmpus que não teriam condições de contemplar seu funcionamento dentro dos padrões sustentáveis, caso fosse utilizada puramente a Matriz. Respeita-se, ainda, a indicação do valor destinado a cada câmpus pela Matriz Conif, definida pelo número de alunos e pelo peso dos cursos, bem como pelas demandas das políticas institucionais, como ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão de pessoas, entre outras.

Para que a gestão dos recursos financeiros do IFSC seja realizada de forma sustentável e eficiente, essas estratégias e ações efetivas, bem como a discussão participativa, são necessárias. O conjunto de unidades que compõem o IFSC precisa se organizar tecnicamente para planejar a execução de seus projetos prioritários dentro de seus limites orçamentários e, assim, conseguir planejar o atendimento, a médio e longo prazos, de todas as suas necessidades para o atendimento pleno de sua missão.

É preciso, acima de tudo, visão sistêmica dos gestores e da comunidade para entender o IFSC como uma única instituição, possuidora de necessidades comuns e específicas que precisam ser tratadas conjuntamente por todos os atores envolvidos e, assim, resolvidas de forma mais eficiente e justa. Não é possível atender a todas as necessidades de cada câmpus do IFSC em apenas um exercício orçamentário e, portanto, sem a atuação conjunta, com processos de priorização e falta de consciência sistêmica dos gestores, bem como estruturas inadequadas de execução, ficaria prejudicado o atingimento de nossos objetivos.

Além disso, é necessário que a cada novo projeto que se pretenda implementar - um novo curso, uma nova estrutura, um novo equipamento ou a contratação de um serviço - sejam analisados os custos atual e posterior do investimento e não apenas o seu preço momentâneo, pois faz-se necessário avaliá-los também em relação às regras e direcionamentos da matriz orçamentária.

Essas estratégias de atuação em rede têm como objetivos evitar o retrabalho e o desperdício do dinheiro público, compartilhar boas práticas, desburocratizar a gestão e, principalmente, proporcionar a melhor qualidade possível do serviço público prestado à comunidade: o ensino público, gratuito e de excelência.

Dessa forma, a visão sistêmica de todos os envolvidos na gestão administrativa do IFSC se concretiza nas seguintes ações e princípios:

* Diretrizes orçamentárias para gestão em rede, democrática e sustentável;
* Prazos e procedimentos claros e objetivos, visando à qualidade do gasto público, à eficiência e à possibilidade de captação de recursos extraorçamentários;
* Gestão de planejamento e do orçamento do IFSC;
* Mapeamento de competências e capacitação permanente;
* Estabelecimento de planejamentos para as contratações;
* Processos de execução orçamentária conjunta, tais como “Compras Compartilhadas” (economia de escala, melhor planejamento, prevenção de retrabalho);
* Realização de fóruns de discussão e compartilhamento.

Além disso, são estabelecidas estratégias para a sustentabilidade financeira em cada câmpus:

* Diagnóstico participativo de necessidades de curto, médio e longo prazos;
* Elaboração e revisão participativas dos Planos Anuais de Trabalho(PAT);
* Vinculação/condicionamento da execução de despesas à previsão específica no PAT (com revisões trimestrais e provisão para despesas com imprevistos, inovações, etc);
* Tomadas de decisão de forma democrática e considerando não só o período de mandato de cada gestão;
* Acompanhamento e avaliação da execução orçamentária (disponibilização de relatórios bimestrais);
* Definição de despesas essenciais e demais prioridades (apresentação e discussão democráticas em cada unidade);
* Planos de manutenções preventiva e corretiva da infraestrutura e dos equipamentos;
* Plano de contratação anual por centro de custos.

Outra estratégia de gestão econômico-financeira é a captação de recursos extraorçamentários. Além da dotação definida na LOA, o IFSC necessitará, durante a vigência do PDI, de aporte de recursos extraorçamentários para a consolidação e adequação da infraestrutura, bem como para a aquisição de mobiliário e equipamentos, a qualificação dos servidores e a assistência ao estudante.

Nos últimos anos, o Instituto recorreu à Setec para obter suplementação orçamentária por meio de descentralização de crédito, a fim de implementar suas ações e financiar seu crescimento. As descentralizações de crédito obtidas com órgãos públicos, em sua maioria, são firmadas com a Setec, que subsidia, em maior volume, as ações de expansão, a melhoria da educação tecnológica e a construção de câmpus.

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), sob responsabilidade da Presidência da República, concedeu recursos para investimentos na expansão (novos câmpus) e consolidação (obras para uniformizar o atendimento nos câmpus, relacionado a infraestruturas como: refeitórios, auditórios, bibliotecas, salas de aulas, laboratórios entre outros). Em 2024, houve também a pactuação para construção de refeitórios, obras de expansão e obras para transformação de câmpus avançado.

Ainda em relação à expansão dos créditos orçamentários, o cuidado, o incentivo e o planejamento na busca pelas receitas próprias do IFSC, por meio da prestação de serviços, da realização de convênios e parcerias, da utilização das infraestruturas, dos recursos das taxas de ingresso, concursos e outras, bem como na implementação futura da sistemática de leilões de ativos permanentes são e serão fundamentais para o atendimento orçamentário do IFSC.

Ao longo dos últimos anos, o IFSC vem implantando, também, o Programa IFSC Sustentável, com o objetivo de propor e sistematizar a prática de ações que visem à redução do impacto ambiental dos processos institucionais, ao aprimoramento da gestão visando à eficiência, à atuação com foco social e ao desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica. Nesse sentido, em 2015, o IFSC elaborou e implantou o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), atualmente em revisão e qualificação, e encontra-se em fase de aprovação a Política de Contratações institucional, instrumento fundamental no diálogo com o PLS.

Muitas ações em relação à sustentabilidade já são trabalhadas pela instituição, dentre elas destacam-se: a adoção de sistema de contratações sistêmicas; a publicação de editais de obras e compras com critérios sustentáveis; a melhoria da qualidade do gasto público com a adoção do Plano de Contratação Anual; e o uso de planilha de custos para contratações. Destacam-se, ainda, a adesão ao Sistema Esplanada Sustentável (Sispes), que monitora o consumo de energia elétrica e água nos órgãos públicos, em atendimento ao disposto na Portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, do Ministério do Planejamento; a participação no Programa Energif, relativo às contratações de sistemas fotovoltaicos para a Reitoria e Câmpus.

Outras ações pontuais foram sistematizadas para compartilhamento de boas práticas de sustentabilidade, como impressões frente e verso, redução do uso de papel, distribuição de canecas de material reciclado, capacitações, reciclagem e reaproveitamento de água da chuva. Para consolidar esse rol de iniciativas e ações de gestão sustentável, bem como ampliar o escopo da sustentabilidade no IFSC, em 2018 a instituição aprovou sua Política de Sustentabilidade (Resolução Consup nº 28 de 21/08/2018), trazendo diretrizes também para ensino, pesquisa e extensão, Política que passará por processo de revisão para sua qualificação.

Portanto, o IFSC busca a melhoria contínua em suas ações, visando garantir, desta forma, um futuro promissor em relação ao que a instituição compreende por sustentabilidade financeira, ou seja, a busca pelo equilíbrio entre as receitas e as necessidades, integradas ao conjunto dos planejamentos institucionais.

1. ROSA, Altair. Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Curitiba, 2007. [↑](#footnote-ref-1)
2. BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos10/31\_cons%20teor%20bacha.pdf.

   [↑](#footnote-ref-2)